



ÒMNIA: a comunidade social dos telecentros da Catalunha¹

Bruno Fuser²
PUC-Campinas

Resumo

O Projeto Òmia, que reúne 109 telecentros na Catalunha, é a principal iniciativa pública de combate à exclusão digital nessa comunidade autônoma espanhola. Pesquisa bibliográfica e entrevistas permitiram verificar que o Projeto Òmia valoriza a pluralidade, muitas vezes com a participação direta e intensa da população nos processos internos de gestão, configurando uma experiência que amplia o exercício da cidadania - entendida esta, inclusive, como o direito de participar com igualdade na produção de bens culturais. Por outro lado, o processo educativo ali desenvolvido apresenta diversos pontos de intersecção com os paradigmas educacionais preconizados por Paulo Freire. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, uma entidade do governo brasileiro voltada ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Palavras-chave

Comunicação; mídias digitais e cidadania; exclusão digital

Apresentação

Durante o ano de 2005 realizamos em Barcelona e outras cidades da Comunidade Autônoma da Catalunha, na Espanha, pesquisa sobre a experiência dos telecentros voltados para a inclusão social e digital.³ São equipamentos públicos denominados Òmia, criados para combater a fratura digital entre contingentes populacionais em risco de exclusão social. Destinam-se em grande parte a incluir social e digitalmente imigrantes pobres, de vários países da América Latina, e também paquistaneses, marroquinos, romenos, entre muitas outras nacionalidades. Recebem ainda muitos espanhóis pobres, em grande parte filhos dos migrantes andaluzes que foram para a Catalunha no surto desenvolvimentista das décadas de 60 e 70. Lembremos: 20% da população da Espanha é considerada pobre. Finalmente, estão ali presentes outros segmentos da população, com maior poder aquisitivo, mas que não usam ou têm dificuldade de utilizar as chamadas novas tecnologias da comunicação e da informação (NTCI).

Na Catalunha, o quadro de fratura digital fica evidente quando se verifica que 65,4% da população acima de 15 anos não são usuários da Internet. Dados de 2002 destacam que, enquanto na faixa de população de mais alta renda a proporção de usuários é de 63,8%, chega-se a 53,7% nos lares de rendimentos médios, e somente 15,4% naqueles de rendimentos baixos (CASTELLS et al., 2003:85). Por faixa etária a distância entre parte significativa da população da Catalunha e as NTCI

¹ Trabalho submetido ao NP Comunicação para a Cidadania, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006.

² Bruno Fuser - Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, com pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona, em pesquisa realizada com participação conjunta do Prof. Lorenzo Vilches. Professor titular da PUC-Campinas, aprovado em 2006 em concursos públicos para professor adjunto nas universidades federais de Juiz de Fora (Facom) e de Goiás (Facomb). (brunofuser@gmail.com)

³ Este artigo apresenta algumas das questões desenvolvidas na primeira parte da pesquisa “Sociedade em rede: a comunicação e a sociabilidade digital. Os casos de Brasil e Espanha”, financiada durante 2005 pelo CNPq, através de bolsa de pós-doutorado. Agradeço ao professor Lorenzo Vilches pela oportunidade de estabelecer interlocução com esse centro de ensino e pesquisa.



é ainda mais intensa: entre as pessoas com 50 anos ou mais, apenas 8,4% são usuários da Internet. E as pessoas com mais de 50 anos, e de rendimentos baixos, se encontram na extremidade inferior de uso da Internet, 2,2% (CASTELLS et al., 2003:113).

A principal iniciativa do governo catalão para combater a fratura digital são os telecentros, também chamados no Brasil de infocentros. Numa região de 32 mil km² (área pouco maior que o Estado de Alagoas), com população de 7 milhões de habitantes, há cerca de 450 telecentros. Para que se possa comparar: o município de São Paulo, com aproximadamente 10 milhões de habitantes, possui perto de 120 telecentros.

Os dados da Espanha como um todo não são mais animadores. Segundo a ONU, em 2002 possuíam acesso à Internet 15,63% da população espanhola. Dados mais recentes apontam que esse percentual teria chegado em 2004 a 34,2% (FUNDACIÓN AUNA, 2005:362). Ainda assim, o acesso à Internet, em termos mundiais, evoluiu positivamente apenas cerca de 1% ao ano, situando-se em 2004 em torno dos 12% (FUNDACIÓN AUNA, 2005:356).

A rede de telecentros da Catalunha e o Projeto Ômnia

A Rede de Telecentros da Catalunha foi criada em 1999, e em janeiro de 2005 possuía 470 pontos de conexão gratuita nas 41 comarcas catalãs. Os telecentros foram então definidos como “local para acesso público e assistido à Internet”, e se constituíam em um dos PIAPs (Public Internet Access Point), espaços com pontos públicos de acesso à Internet. Pretendia-se, na época, “garantir uma proporção de pontos de acesso por habitante que situe a Catalunha entre os países pioneiros da União Européia. Para garantir esse objetivo, Catalunha deverá superar a proporção de 1 PIAP/2.000 habitantes” (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2001:5; trad. nossa).

Entre as ações propostas para se atingir esse objetivo estava a implantação do acesso à Internet, até 2003, em todas as bibliotecas públicas, além da criação de 500 outros espaços públicos de acesso - também em centros comunitários e outras instituições -, com ações especiais junto a comunidades em situação de risco de marginalização. Dava-se ênfase não apenas em ações de acesso à Internet, mas também de caráter educativo - alfabetização tecnológica da população -, e de criação de um catálogo coletivo interbibliotecas, com ações de digitalização progressiva de conteúdos.

Em 2001, consolidou-se a Rede de Telecentros da Catalunha, com unificação de equipamento e de programas. Os diferentes tipos de pontos públicos de acesso à Internet, fundamentalmente, passaram a ser formados por centros educativos públicos (como de educação primária, secundária e de formação de adultos) e os telecentros propriamente ditos (pontos Ômnia, bibliotecas públicas, centros de teletrabalho, entre outros centros públicos de acesso Internet). Esses telecentros, por sua vez, foram divididos em três categorias, denominadas “comunidades”: os da



comunidade de "teletrabalho", aqueles da comunidade de "cidadania", e, finalmente, os da comunidade "social".

Os primeiros, em menor número, têm por objetivo oferecer as NTCI à população das zonas rurais e de montanha da Catalunha, com ênfase no desenvolvimento de trabalho à distância para usuários em geral e, especialmente, para micro e pequenos empresários (tais telecentros são também chamados de "infocentros"; em julho de 2005 eram 29). Os denominados de "cidadania" formam uma grande rede, dispersa, constituída essencialmente pelas bibliotecas públicas da Catalunha, cerca de 300. Em quase todas se pode navegar na Internet gratuitamente.⁴ Finalmente, a comunidade "social", constituída pelos pontos Òmnia, que tem por finalidade “evitar a fratura digital por meio do incentivo a ações dirigidas a formação, inserção social e laboral e uso comunitário para o acesso às novas tecnologias”.⁵

Mais recentemente, no Plano de Governo 2004-2007 do governo catalão, se estabelece o compromisso de “estender o uso das TIC ao conjunto da população”, para combater “novos riscos de desigualdade”: “O Governo quer promover o uso das TIC no marco de uma ação conjunta para evitar a chamada fratura digital, seja no nível social, territorial e lingüístico” (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2004:43). Pretende-se, ainda, “reformular os objetivos e potenciar a Rede de Telecentros da Catalunha como verdadeira ferramenta de difusão da Sociedade do Conhecimento na Catalunha” (idem).

Em setembro de 2004 se firma a atual versão do Projeto Òmnia de telecentros sociais. Mantém-se a estrutura das salas, com nove computadores, localizadas nas chamadas entidades gestoras, que são bastante diversificadas: podem ser desde espaços que pertencem à própria Generalitat (o governo da Comunidade Autônoma da Catalunha), espaços municipais (dos "ajuntaments", ou prefeituras), de conselhos comarcais, de associações de moradores, de ONGs, ou ainda escolas de formação de adultos e presídios. A Associação para Jovens TEB, entidade que criou o projeto, passa a ser responsável pela formação dos dinamizadores, sejam dos pontos Òmnia ou dos telecentros das demais “comunidades”. Esses agentes, significativamente, não mais se denominam tutores, como no início da Rede de Telecentros, mas "dinamizadores". Ao mesmo tempo, cristaliza-se uma divisão interna entre os pontos Òmnia: os 43 pontos mais antigos os salários dos dinamizadores são pagos pela Generalitat, e nos 68 posteriores essa responsabilidade cabe às entidades gestoras.

⁴ “A biblioteca pública, segundo define o Manifesto da Unesco da Biblioteca Pública, é um centro local de informação que facilita todo tipo de conhecimento e informação a seus usuários. Seus serviços se baseiam na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade ou classe social. As bibliotecas públicas constituem o sistema de leitura pública da Catalunha, que se define como o conjunto organizado de serviços de biblioteca pública da Catalunha. Atualmente, existem na Catalunha 324 bibliotecas públicas que trabalham em redes territoriais, das quais 11 são biblio-ônibus que prestam serviço, basicamente, a municípios com menos de 3.000 habitantes (30 de setembro de 2005)”. (GENERALITAT DE CATALUNYA, <http://cultura.gencat.net/biblio/slpc.htm>, consulta em 19 de janeiro de 2005; trad.nossa)

⁵ GENERALITAT DE CATALUNYA, Xarxa de Telecentres de Catalunya. <http://www.xarxa365.net>. Consulta em 19/01/2005.



Segundo a Generalitat de Catalunya (2004), os princípios do projeto Òmnia são a universalização do acesso às NTIC, a co-responsabilidade (com o centro gestor e a comunidade do entorno), a participação da comunidade e a transversalidade, de forma a permitir que todas as ações confluam e revertam em formação, inserção social e laboral e em participação da comunidade. As linhas de atuação giram, também, em torno do mesmo eixo: uso comunitário, inserção social e laboral e formação. A linha de uso comunitário é aquela “que caracteriza mais a filosofia do projeto”, e refere-se a dois diferentes aspectos: “o livre acesso por todas pessoas, entidades, grupos e coletivos” e “um espaço para o uso da comunidade que há de servir para gerar dinâmicas de coesão social”.

O dinamizador ou dinamizadora é a principal referência de cada telecentro. Junto com as entidades gestoras, tem a responsabilidade de desenvolver o projeto no território em que se localiza, dinamizando, assim, o entorno social em que se situa. Dotado de perfil em que as capacidades pedagógicas e sócio-educativas estejam acompanhadas de conhecimentos de informática, os dinamizadores devem ter

um bom conhecimento da área territorial em que trabalham tanto para fazer com que o projeto seja um serviço a mais da região, como para incentivar a participação dos cidadãos, grupos, entidades e serviços, e também para cooperar com outros agentes sociais quando seja necessário (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2004:4; trad. nossa).

O projeto Òmnia possui, como referência geral, 111 pontos. Esse número varia ligeiramente, em função da abertura e fechamento de telecentros.

Exclusão social, alfabetização digital

A expressão inclusão digital tem cedido espaço, cada vez mais, à expressão inclusão social. O motivo é evidente: é preciso atender um conjunto de necessidades prévias (sociais, educativas, de saúde, moradia, etc.), que condicionam ou dificultam o acesso às NTIC.

Faceta tecnológica da exclusão social, a exclusão digital – a exclusão de amplos contingentes da população mundial do acesso às NTIC – implica a negação a tais grupos sociais ao acesso a informações essenciais para sua formação geral, para seu movimentar-se na sociedade, para interagir no quase infinito espaço digital ao qual se acessa por computador conectado à Internet e por outros equipamentos que se renovam em velocidade nunca vista. Da mesma forma como a exclusão digital pode ser vista como consequência da exclusão social, acaba por potencializá-la, acentuando-a.

Cicilia Peruzzo assinala como o processo de exercício da cidadania relaciona-se intensamente com as NTIC, ao destacar que ser cidadão é não apenas o direito de “ver-se protegido legalmente, de locomover-se (...) poder estudar e trabalhar (...) por fim, ter o direito de participar, com igualdade, na produção, na gestão e na fruição dos bens econômicos e culturais” (PERUZZO, 1998:286-287). A participação na vida em comunidade – direito assegurado na Declaração



Universal dos Direitos do Homem, em seus artigos 27 e 29 – amplia a cidadania, completa a pesquisadora (PERUZZO, 1998:275). Assim, os processos participativos da vida em comunidade, e um deles é o processo de gestão e fruição dos bens culturais, ampliam o exercício da cidadania, e assumem uma dimensão de educação política.

Laymert Garcia dos Santos aponta com clareza como ocorre o fenômeno da exclusão: para o capitalismo contemporâneo, globalizado, a estratégia da aceleração tecnológica e econômica total conduzem à tentativa de neutralizar todas os contingentes populacionais que se excluam ou foram excluídos desse movimento, “seja porque o recusavam e a ele resistiam, seja porque se mostraram incapazes de acompanhá-lo, tornando-se então 'descartáveis', para usar as palavras do subcomandante Marcos” (SANTOS, 2003:23). Laymert assinala que, nesse contexto, “à questão do binômio inclusão-exclusão torna-se central e a questão da resistência ao modelo dominante passa pela luta em prol da manutenção da diversidade de culturas e de sociedades, mas também em prol da diversidade de temporalidades e de ritmos, que não se aniquilam diante do imperativo da aceleração total” (SANTOS, 2003:28).

O movimento em favor da inclusão digital - e social - traz consigo o debate acerca da alfabetização digital, ou tecnológica, a ponto de Sérgio Amadeu da Silveira utilizar os dois elementos de forma conjunta, ao defender “as linhas gerais de uma política de Inclusão Digital - Alfabetização Tecnológica” (SILVEIRA, 2001:28), que devem superar “o mero ensino da informática”, em que o professor será cada vez mais um “orientador”. Para Silveira (2001:27), “a inclusão digital passa necessariamente pela escola e por sua transformação”, com a requalificação dos professores e novas diretrizes pedagógicas, em que a aprendizagem seja um processo permanente, no qual o manuseio, a elaboração e a compreensão dos softwares são apenas instrumentos primários.

Muitas das metodologias, técnicas e instrumentos que são utilizados para a alfabetização convencional são também úteis e aplicáveis na alfabetização digital, também chamada tecnológica, base das iniciativas de inclusão social que abrangem a inclusão digital. Há vertentes que enfatizam a formação instrumental, e outras que buscam incorporar tal saber instrumental em uma visão global, crítica e transformadora da realidade.

Assim, o Mova - Movimento de Alfabetização, criado por Paulo Freire quando esteve na Secretaria de Educação do Município de São Paulo, apresenta reflexões sobre que significados pode ter uma alfabetização crítica e libertadora, como a preconizada pelo educador pernambucano, ao se traduzi-la para uma alfabetização digital.⁶ A alfabetização digital pode ser compreendida como o processo de se tomar consciência do mundo e de capacitação para a tomada de decisões a partir do

⁶ MOVA DIGITAL, http://www.movadigital.pucsp.br/teorico/teoricos_inclusao_completo.htm.



domínio das chamadas novas tecnologias. O MOVA salienta que "não se trata de uma alfabetização restrita ao ensino de linguagens ou domínio de uso de software ou de novos aplicativos como planilhas ou o uso da internet".⁷

Paulo Freire criticou veementemente o que denominava educação "bancária", na qual o aluno é visto como um depósito a ser preenchido com o conhecimento transmitido de maneira mecânica pelo professor. Nessa pedagogia "bancária", "o educador é o que atua: os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador: o educador escolhe o conteúdo programático, os educandos, jamais ouvidos nessa escolha, se acomodam a ele" (FREIRE, 1975b, p. 68).

Em Freire (1975a) encontramos também aquelas que são para nós importantes referências sobre a dimensão dialógica de que se reveste a comunicação, sob pena de se constituir em "extensão", ausência de diálogo, imposição, "invasão cultural", na qual "o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação" (FREIRE, 1975a:41). Assinala o educador: "Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária, poderíamos dizer que a palavra, mais que o instrumento, é origem da comunicação - a palavra é essencialmente diálogo" (FREIRE, 1975b:12). Ou, ainda: "Ser dialógico é vivenciar o diálogo, é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade" (FREIRE, 1975a:43). "Tal postura exige respeito à autonomia do aluno (...) e deve rejeitar qualquer tipo de discriminação", complementa o MOVA.

O relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, coincide com a crítica ao saber acumulativo: "(...) uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável a educação - uma bagagem escolar cada vez mais pesada - já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente" (DELORS, 2003).

Metodologia

Nossa opção metodológica teve como referencial a pesquisa qualitativa, descrita por Mauro Wilton de Sousa (1990:141) como um estudo que "não se preocupa com generalizações a partir de dados quantitativos, nem com análises qualitativas sobre dados quantitativos, mas a busca do empírico acontecendo e as relações que o fazem aí se dar como tal". A técnica utilizada é a da entrevista centrada, como assim descrita por Morin (1973), também chamada por outros autores de entrevista aberta, semidiretiva ou semidirigida.

⁷ MOVA DIGITAL, <http://www.movadigital.pucsp.br>.



Para a obtenção de dados sobre o Projeto Òmnia, além de material bibliográfico, visitamos e entrevistamos os dinamizadores de 20 pontos Òmnia, nas cidades catalãs de Barcelona (8), Badalona (4), L'Hospitalet de Llobregat (1), L'Escala (1), Banyoles (1), Palafrugell (1), Terrassa (1), Valls (1), Sant Adrià de Besòs (1) e Roda de Barà (1). Em outros dois, La Jonquera e Crúilles, Monells i Sant Sadurn de L'Heure, apenas visitamos os pontos Òmnia, sem realizar entrevista.

Incluímos entre os pontos Òmnia visitados as principais grandes tipologias desse equipamento público. Ou seja: buscamos pontos instalados tanto em organizações não governamentais que desenvolvem atividades em bairros com população em risco de exclusão social de grandes cidades, nos quais todo o projeto é financiado pela Generalitat (como se caracterizou o primeiro grupo de telecentros), como outros, em geral governamentais, administrados principalmente por prefeituras de cidades menores, em que a entidade gestora não recebe verba para pagar o dinamizador (que correspondem à segunda convocatória Òmnia).

Outro procedimento para o qual atentamos foi a realização de entrevistas com dinamizadores de pontos Òmnia pertencentes a todos os tipos de entidades (prefeituras, conselhos comarcais, ONGs, escolas de formação de adultos, associações de moradores, centros penitenciários). Entrevistamos também o coordenador do TEB, entidade criadora e uma das gestoras do projeto, além de representantes dos dois órgãos da Generalitat responsáveis pelo mesmo (o DURSI – Departamento de Universidades, Pesquisa e Sociedade da Informação - e a Diretoria Geral de Atuações Comunitárias e Cívicas, do Departamento de Bem-Estar e Família) e das três fundações contratadas pela Generalitat para coordenar aspectos pedagógicos e fazer o acompanhamento do projeto (Fundação Pere Tarrés, Fundação Catalana de L'Esplai e Fundação Inovação para a Ação Social - FIAS).

Análise das entrevistas

As entrevistas foram, numa primeira etapa de interpretação, analisadas com base em alguns dos valores explicitados no conceito de cidadania como o direito não apenas à fruição, mas também à gestão de produtos culturais, assim como nas propostas pedagógicas e de inclusão social e digital apresentadas anteriormente. Determinadas idéias presentes nas entrevistas foram contrastadas com tais valores. Se buscou centrar a análise nas entrevistas dos dinamizadores, o principal agente que se relaciona diretamente com as comunidades que utilizam os telecentros. Pelas limitações de espaço deste artigo, apresentamos a análise de apenas alguns aspectos das entrevistas.

Participação da comunidade na apropriação do espaço

Caracterizado por sua ligação estreita com o entorno local, com o bairro, o telecentro Òmnia busca adaptar suas dinâmicas e objetivos a esse contexto. Essa é uma característica bastante forte no projeto, a ponto de uma outra idéia ser bastante repetida durante as entrevistas, não apenas com os



dinamizadores, mas também com os representantes da Generalitat e das fundações coordenadoras: “cada punto es un mundo”. E cada ponto volta-se para os problemas do bairro, tenta construir seus conhecimentos, suas estratégias, suas ações próprias. A participação comunitária, apontada como a principal linha de ação do projeto, assume junto aos bairros das grandes cidades o papel de ampliação da cidadania, permitindo à população o acesso às novas tecnologias da comunicação e da informação e, também, sua inserção em propostas amplas de inclusão social.

Desde sua criação, em 1999, a partir do trabalho do TEB com jovens que haviam abandonado o sistema escolar formal e que viviam em situação de risco de exclusão social, o Projeto Òmnia se volta, já na convocatória dos primeiros 43 pontos, para sua inserção em projetos amplos denominados planos de desenvolvimento comunitário. Tais planos foram e são desenvolvidos principalmente em bairros degradados das periferias das grandes cidades catalãs, com o objetivo de criação de um sistema público coordenado em várias áreas, como saúde, trabalho, educação. São bairros formados por conjuntos habitacionais populares implantados durante o franquismo, com graves problemas de construção, nos quais não havia pavimentação, transporte, infra-estrutura de equipamentos públicos, quase sempre com moradores provenientes de outras regiões da Espanha ou de outros países. Em quase todos os cerca de 60 planos de desenvolvimento comunitário da Catalunha há um ponto Òmnia, e por vezes o telecentro foi o fator propulsor e catalizador do próprio plano, antes dos telecentros criados no segundo grupo, de 2001.

Tais bairros possuem associações de moradores fortemente organizadas, que tiveram destacado papel na luta contra o franquismo, pela redemocratização do país e na reivindicação por melhores condições de moradia e de vida. Os planos começam a serem implantados por volta de 1995, buscando unificar e planificar uma ação que até então se dava de forma fragmentada. Desenvolveram-se metodologias de trabalho comunitário – a ponto de as universidades na Espanha terem consolidado o curso superior de educação social, uma das formações presentes entre os dinamizadores. À medida que se criam novos planos de desenvolvimento comunitário, atualmente quase todos nos conjuntos habitacionais de proteção oficial (blocos de apartamentos gratuitos ou subsidiados pela Generalitat), habitualmente se inclui um ponto Òmnia no seu planejamento.

Cuando hablamos de punto Òmnia, hablamos de Plan de Desarrollo Comunitario y punto Òmnia. Estamos hablando de tecnología comunitaria, recursos tecnológicos que se ponen a servicio de una comunidad, y siempre vamos a tener la óptica no asistencial y de servicios sino de la participación, que estas personas van acceder a estos servicios, pero sobretodo van a participar proponiendo formas de funcionamiento, actividades, de acuerdo? Educación en tecnología de información y comunicación, en participación y autoorganización como vía de mejorar. (Toni Téllez, Ponto Òmnia A. M. de Trinitat Nova, Barcelona)

Entende-se portanto que os pontos Òmnia incorporam a linha de ação denominada uso comunitário em grande parte em função de sua trajetória entrelaçada com essas ações sociais nas periferias das cidades industriais catalãs.



O conceito de transversalidade também é adotado pelo Projeto Ômnia, ao mesmo tempo em que se implantam os planos de desenvolvimento comunitário. A transversalidade é vista como a estratégia, metodologia ou dinâmica de abordar determinados temas não apenas de um ponto de vista, ou desde uma só abordagem especializada, mas a partir de um conjunto de abordagens que se cruzam, transversalmente. É o caso do tema fracasso escolar, no qual atuam a área de educação, dentro das escolas, a área de formação complementar profissionalizante, as escolas de adultos, a área de assessoria para busca de trabalho, os serviços de atenção às famílias, aqueles relativos à delinquência.

Montse Sánchez González, dinamizadora do Ponto Ômnia da Fundação Adsis, em Barcelona, informa que o trabalho com as entidades do entorno é uma das preocupações principais de sua atividade. Entre as entidades que freqüentam o telecentro está o Pretaller del Carmel, que trabalha com crianças em risco de exclusão social, a Associação 3 Turons, que se dedica a atividades com incapacitados mentais, e um grupo que trabalha com imigrantes, em especial árabes e latino-americanos.

Desenvolver trabalhos com entidades do bairro tem sido uma das manifestações mais importantes da chamada linha de uso comunitário - embora essa linha dos pontos Ômnia seja também, em muitos casos, confundida com uso livre, ou sala aberta.

Toni Téllez, de Trinitat Nova, considera que o plano de desenvolvimento comunitário é uma escola de participação, pois muitos dos moradores que estão ativamente inseridos nas atividades do bairro começaram desde pequenos a conhecer e serem incentivados a participar dessa iniciativa. Para ele, é um equívoco chamar as pessoas que estão presentes nas atividades do telecentros de “usuárias”.

Mas nem todos os telecentros Ômnia conseguem esse nível de envolvimento, ou não possuem dinamizadores com as mesmas preocupações. Daniel, de Badalona, assinala: *“Lo que es que este barrio con entidades está un poco verde, hay que seguir trabajando poco a poco”*. Há que se levar em conta, ainda, que há pontos Ômnia que foram criados em associações de moradores ou outras instituições que não contam com intensa participação, seja por questões relativas a gestão, seja porque estruturalmente essa é característica daquele bairro, cidade ou entidade.

Aprendizado que rompe com a estrutura do sistema escolar regulamentado

O ensino regulamentar não consegue na Espanha incluir muitíssimos jovens. Desde o início do Projeto Ômnia, a inclusão desses jovens - imigrantes e filhos de imigrantes, em grande parte - em atividades educativas, mas não escolares, era um dos objetivos desses telecentros. Os telecentros Ômnia buscam se constituir em espaços abertos a esses jovens e outros grupos sociais, e não salas



de aula, visto que essa dimensão oficial foi em parte responsável, ou é responsabilizada, pelo afastamento de tais coletivos da escola:

Aquí, por ejemplo, en primaria están llegando mucho es marroquíes (...) Incluso la forma, yo lo considero que la forma como está preparada, “yo imparto la clase, yo hablo tú me escuchas”, debemos buscar otras formas. Esa línea hoy en día ya no funciona, yo lo veo con los chavales aquí, esto no funciona, tu no me escuchas a mí, hablamos, pero tu no me escuchas, y esto es más complicado cuando hay un profesor con 35 chavales en clase, con 30 chavales en clase. (Julia Fernández Parejo, Ponto Ômnia Associação de Moradores Can Jofresa, Terrassa)

Na tentativa de se transformar em espaços abertos, os pontos Ômnia desenvolvem atividades múltiplas, que tentam se definir, exatamente, como atividades, não como “aulas”. Daniel González Codes, do Ponto Ômnia Associação de Moradores de Bufalà, em Badalona, diz:

Hay actividades libres, de todo, hay talleres, hay juegos, un poco de todo, para liarlos y que lo pasen bien. No es una academia, no es una academia, no se da un título (...) Es dar a conocer las nuevas tecnologías y sobretudo a la gente que está muy desconectada que percan el miedo.

“Que lo pasen bien” - esta expressão esteve presente de maneira intensa em quase todas as entrevistas com dinamizadores. Assim, os pontos Ômnia tentam se associar ao lazer, ao tempo livre, à aquisição de conhecimentos por opção e não por obrigação, e de conhecimentos que se distinguem daqueles obtidos em escolas, pois não conferem títulos. Tentam ser um “clube das novas tecnologias” no bairro.

Cuando hablamos de proyecto Ômnia hablamos desde el principio de un punto de encuentro, donde vienen personas con necesidades de uso, de formación, etc. etc. Un punto de encuentro especial, donde suelen venir por las mañanas personas mayores, que dejan las tardes para los chavales, y esto es como un club en torno de las nuevas tecnologías, entonces, sé que es un punto de encuentro presencial, que posibilita generar dinámicas. (Toni Téllez, Ponto Ômnia Associação de Moradores de Trinitat Nova, Barcelona)

Na interação com o bairro, os dinamizadores vão “mais além” do que as atividades relacionadas com as novas tecnologias, ajudam a montar excursões, a preparar exposições de desenhos, e mesmo a questões aparentemente singelas, como movimentar-se na cidade:

Intentamos que la gente que viene individualmente a hacer cursos se implique en el barrio. Porque tampoco hacemos, los cursos que hacemos en la parte formativa, tampoco son puramente formativos, pero que se trate de un trabajo social, y han salido a preparar cosas, para el barrio, a montar excursiones... (Carme del Amor, Ponto Ômnia Associação de Moradores de Sant Roc, Badalona)

También colaboramos con las fiestas que hay en el barrio, y en Badalona, en colegio vecino, con los dibujos, y los niños los vienen aquí hacerlos. (Noelia Cubí, Ponto Ômnia Associação de Moradores Pomar, Badalona)

Bueno, hacemos otras cosas, por ejemplo, que sepan utilizar el callejero, también, porque a las veces le sale una oferta, un trabajo, y no saben dónde está esta calle, que sepan moverse por Barcelona. Que sepan buscar ese sitio. (Laiá Bascuñana, Ponto Ômnia Centro Aberto Tria, Barcelona)

Na cidade de L'Hospitalet de Llobregat, Mila Serrano Gutiérrez, dinamizadora do Ponto Ômnia JIS-Arrels, deixa claro que já no primeiro dia ela diz a quem vai lá:

Esto no es una academia, esto no es una escuela, es otro tipo de espacio, se ofrece formación, pero es sobretudo una manera de trabajar muchísimas cosas, es un punto de encuentro, social del



barrio, trabajar con proyectos. (...)Y sobretodo, valorar la autoestima, no os preocupéis, nadie es tonto, o sea, el ordenador es el único aparejo que no tiene inteligencia, sin miedo, es más el trabajo de quitar el miedo, básico, como objetivo.

Constituir-se um espaço aberto, no entanto, traz por vezes problemas: a cultura do sistema vertical, autoritário, de uma pedagogia formalista está suficientemente arraigado, que traz dificuldades para a implantação de experiências participativas, não formais.

Además, lo que hacemos aquí no son clases de informática, diferente, a la gente a las veces cuesta, llegan aquí a pensar que les vamos a enseñar cosas y luego me van a dar un diploma, y no, eso es un taller, luego tu puedes acceder en el mundo, estar más relacionado con las cosas. (Noelia Olmedo Cubí, Ponto Òmnia A.M. de Pomar, Badalona)

David Picó, dinamizador do Ponto Òmnia Grupo Unión “La Mina”, do município de Sant Adrià de Besòs, destaca que isso ocorre não apenas entre as pessoas, mas também entre as entidades que fazem uso daquele espaço:

Cuesta un poco, en ser un proyecto abierto, o sea, el punto no es un aula de informática, de la entidad, sino es un aula abierta o de informática del barrio, y esto cuesta un poco. Esto todavía cuesta a entender, hay entidades que ven así, pero hay otras para la cuales seguimos siendo una aula de informática de la entidad. No es de la propia entidad, pero ese aspecto más abierto del punto, pero es complicado.

É importante assinalar, também, que na diversidade de realidades que abrange o Projeto Òmnia, os telecentros que estão localizados em escolas de adultos obedecem, por vezes, a dinâmicas que estão consolidadas nessas instituições, e que por vezes podem se assemelhar àquelas do sistema escolar oficial:

La escuela ya existía antes del punto Òmnia, es una escuela de adultos, lo que el punto Òmnia viene es complementar la escuela de adultos. (Floren Mena, Ponto Òmnia do Centro Maria Rúbies, da UGT, Unión General de los Trabajadores, Barcelona)

A dinamizadora Luisa Miralles, do Ponto Òmnia da cidade de Valls, mostra no entanto que mesmo na dinâmica de um centro de formação que confere uma titulação oficial é possível alterar-se a maneira de trabalhar, partindo da realidade dos alunos, com o sentido de alterar determinada situação, num processo de ruptura, como outros telecentros Òmnia fazem. Ela reconhece, inicialmente, uma dupla realidade nos pontos Òmnia:

Hay situaciones en que [o telecentro] está dentro de un barrio, una asociación vecinal o bien una línea un poquito más institucional, está dentro de un consejo comarcal, o dentro de un ayuntamiento. Bueno, este es el nuestro caso, nosotros estamos en una línea más institucional, estamos dentro del Ayuntamiento de Valls, por lo tanto compartimos un aula tanto para funciones internas, como, digamos, para ser un espacio público.

Luisa assinala que muitas vezes as pessoas que frequentam o telecentro o fazem porque são obrigadas a isso. Num curso de carpinteiro há atividades de novas tecnologias, às quais os alunos não podem faltar, pois se entende que no mundo atual todos têm que receber formação básica digital: “No se puede dejar a un joven de 18 años fuera del mundo digital, está dentro de los criterios de la filosofía Òmnia”.

Educação desenvolvida de maneira dialógica, a partir das necessidades das pessoas

A relação dialógica que se estabelece em muitos telecentros é um aspecto que faz com que tais equipamentos públicos de acesso às novas tecnologias se revistam, em grande medida, de uma característica transformadora. Toni Téllez, do Ponto Òmnia de Trinitat Nova, define Òmnia como um recurso tecnológico compartilhado no qual se dão usos muito diversos: "*Que no es unidireccional, sino que en dos direcciones, es bidireccional, y interactivo, participativo, ¿vale? Llamamos esto tecnología comunitaria*".

Exemplos como esse surgem em inúmeras entrevistas, deixando inequívoca tal preocupação dos dinamizadores dos pontos Òmnia, de incorporar elementos aportados pelas pessoas, pelos grupos, no sentido de vinculá-los ao telecentro, a partir de suas necessidades.

Universalização do acesso

Embora existam posturas distintas, em todos os telecentros visitados se percebem alguns aspectos comuns, e um deles é a pluralidade, a diversidade, o caráter universal de acesso a esse equipamento público. Um coletivo importante é o de imigrantes, tanto nas grandes cidades, como naquelas de porte médio. Isso ocorre, por exemplo, tanto em L'Escala, na província de Girona, como no centro de Barcelona, em um dos telecentros localizados no bairro do Raval:

Un treinta por ciento de los usuarios apuntados en el punto Òmnia son de origen extranjera, inmigrante, mayoritariamente de origen marroquí y de los países del Leste, y también ecuatorianos, son las poblaciones de origen extranjero que viven en L'Escala de mayor importancia. Vienen como hacer cursos, vienen como usuarios, como alumnos. (Agnès Rovira, dinamizadora do Ponto Òmnia da cidade de L'Escala)

Porque desde el Casal también se dan clases de castellano y catalán, entonces estos jóvenes que a lo mejor pueden llevar 15 días aquí, y están empezando a aprender los idiomas (...) es un grupo de paquistaneses. Pues, les enseña informática a pesar de la barrera del idioma. Ellos van avanzando en el idioma y también en informática. Es un poco una mezcla muy curiosa, porque van accediendo a los conocimientos a las veces por intuición, ven lo que el ordenador hace y ya hacen su traducción a su lengua. (Marta Gutiérrez, Casal dels Infants de Raval, Barcelona)

La parte de niños y de jóvenes, hoy por hoy, son 99% son inmigrantes marroquíes, o hijos de inmigrantes marroquíes. Es por la misma situación del barrio, y por la misma de la zona. Porque si vas a un punto Òmnia que está más a la parte de Collblanc es más latino. Hay pues, hay muy poco joven autóctono, o indígena, llámale como quieras. (Mila Serrano Gutiérrez, Ponto Òmnia JIS-Arrels, L'Hospitalet de Llobregat)

Considerações preliminares

Cicília Peruzzo assinala, com vimos anteriormente, uma estreita relação entre os processos de participação popular e o exercício da cidadania. Esta - um conjunto de direitos (civis, políticos, sociais) e deveres - inclui a gestão e fruição de bens culturais. O acesso às novas tecnologias da comunicação e da informação, se não garantem, por si só, o acesso a uma cidadania plena (ainda dentro dos limites liberais de cidadania), são parte dessa dimensão. A principal linha de ação do Projeto Òmnia, o de participação comunitária, representa a ampliação da cidadania a contingentes populacionais marginalizados, moradores em território catalão. Diversas das experiências estudadas demonstram que dinamizadores e telecentros buscam diversas formas de implantar essa



participação, sem perder de vista sua inserção, por exemplo, em planos de desenvolvimento comunitário.

Ao contrastarmos as entrevistas com alguns dos valores da pedagogia preconizada por Paulo Freire, e também aqueles defendidos pela UNESCO, com diversos aspectos assinalados na prática dos pontos Ômnia, conforme se aponta nas entrevistas com os dinamizadores, verifica-se que tais telecentros, em grande medida, desenvolvem uma prática que rompe com a estrutura tradicional do sistema escolar formal, ao trabalhar com as novas tecnologias.

O trabalho de alfabetização digital, ou tecnológica, que se percebe nos pontos Ômnia, busca absorver elementos do cotidiano das pessoas e grupos sociais envolvidos, do seu entorno, valoriza a participação direta - e muitas vezes o próprio telecentro é criado em um contexto mais amplo em que se destaca o caráter reivindicativo da entidade responsável por sua implantação. O respeito à diversidade desses entornos gera uma pluralidade de iniciativas, graças à autonomia (relativa, é evidente) que cada telecentro possui: “cada punto es un mundo”. A própria descentralização no processo de implantação da Rede de Telecentros da Catalunha pode ser vista como forma de valorização da pluralidade que deve estar presente na educação contemporânea, segundo os preceitos da Unesco.

Pere Marquès, professor de Tecnologia Educativa e Novas Tecnologias da Universidade Autônoma de Barcelona, sintetizou as discussões realizadas em uma das atividades formativas do Projeto Ômnia: a alfabetização digital deve estar inserida em projeto educativo mais amplo, relacionado com o crescimento pessoal e os projetos territoriais das pessoas envolvidas. Entre os objetivos estão a busca de autonomia do usuário diante do computador, o favorecimento do acesso à informação e a capacitação para três questões básicas: escrever com um processador de texto, navegar pela Internet e utilizar correio eletrônico. (MARQUÈS, 2005).

No projeto Ômnia encontramos, também, diversos elementos que apontam para uma intersecção com os valores de uma educação que conta com a cooperação entre professor e alunos na construção do conhecimento, com processos de comunicação abertos e participação interpessoal. Essas questões são, aliás, explicitamente citadas no referido projeto.

Mas se verificaram incógnitas e ressalvas. Em vários casos os dinamizadores estabelecem limites por conta própria. É deles que parte, por exemplo, a diferenciada iniciativa de permitir ou não o acesso a programas para baixar arquivos em MP3, ou a determinados jogos eletrônicos.

Há também divisões profundas entre telecentros cujos dinamizadores pertencem ao primeiro grupo conveniado pela Generalitat, pois seus salários são pagos pelo governo da Catalunha (de fato, a verba é encaminhada à entidade, que paga ao dinamizador salários bastante diferenciados de ponto para ponto), e aqueles do segundo grupo, que têm seus salários sob responsabilidade



exclusiva da entidade gestora. Instaurou-se assim uma divisão interna ao projeto que perdura até hoje.

Verificaram-se ainda casos de dinamizadores que são funcionários de outras áreas da Generalitat, como o Departamento de Educação, e que possuem mais estabilidade que a grande maioria dos dinamizadores. Estes vivem uma situação de intensa insegurança e precarização, sem perspectivas, portanto, de um trabalho continuado, estimulador. Entrevistamos a dinamizadora de um telecentro que chegou a ficar seis meses fechado (Palafrugell) porque a Prefeitura não renovara o contrato com o dinamizador. Tal remuneração cabe aos centros gestores, que possuem, como se afirmou, aquela estrutura descentralizada. Assim, a descentralização é, também, uma forma de o Estado deixar de assumir determinadas responsabilidades, no contexto de privatização que acompanha a implantação do neoliberalismo em todo o mundo.

Finalmente, outros processos de cisão criam divisões internas: apenas em 2005 começaram a ser repostos os computadores de 1999: 20 telecentros que trabalhavam com os antigos equipamentos Windows 98 receberam outros equipamentos, com sistema operacional XP, e, também, Linux. No entanto, se o ritmo de renovação se mantiver, passarão mais de cinco anos até serem trocados todos os equipamentos, e a situação a ser enfrentada em termos de dificuldades operacionais será certamente ainda pior do que já ocorre hoje em alguns telecentros. Em um ponto Ômia (Jis/Arrels, em L'Hospitalet de Llobregat), a dinamizadora apresentou inúmeros documentos relatando casos de discriminação política e/ou administrativa na contratação e demissão de dinamizadores de outros pontos.

Assim, uma das limitações do projeto é o próprio marco geral no qual se insere, o Pacto Institucional para a promoção e desenvolvimento da sociedade da informação nas administrações públicas catalãs, aprovado pelo Parlamento da Catalunha em 2001. Os aspectos políticos em que se inserem os telecentros, na sua expansão mundial, têm estreita relação com o movimento de expansão do próprio mercado de informática. Tal perspectiva impõe padrões de implantação bastante diferenciados do que ocorreria no caso de pensarmos nesses equipamentos públicos como a expressão de um direito dos cidadãos. Os marcos de regulação em que se deu a criação das políticas gerais de comunicação e informação da chamada sociedade da informação, tanto na Espanha como no Brasil, em grande medida ocorreram na perspectiva de criação de novos mercados. Vale portanto, ainda, ressaltar a observação feita por Décio Saes: “uma cidadania plena e ilimitada (...) situa-se além do horizonte da sociedade capitalista e das suas instituições política” (SAES, 2003:38).

Referências bibliográficas

CASTELLS, M. et al., *La societat xarxa a Catalunya*, Barcelona : Rosa Dels Vents/Editorial UOC, 2003.



DELORS, Jacques. *Os quatro pilares da educação*. [on line] 2003. <<http://infoutil.org/4pilares/text-cont/delors-pilares.htm>> [Consulta: 27 maio 2005].

FREIRE, P. (1975 a) *Comunicação ou extensão*. Paz e Terra : São Paulo, 1975. 2. ed.

FREIRE, P. (1975 b): *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 3. ed.

FUNDACIÓN AUNA. *eEspanña2005*, Madrid : Fundación AUNA, 2005.

GENERALITAT DE CATALUNYA. “Pla de Govern 2004-2007”. Barcelona : Departament de la Presidència, 2004.

GENERALITAT DE CATALUNYA. “Xarxa de Telecentres de Catalunya”. [on line] <<http://www.xarxa365.net>> [Consulta: 19 janeiro 2005]

GENERALITAT DE CATALUNYA. *Catalunya en xarxa. Pla estratègic per a la Societat de la Informació a Catalunya*. Abril 1999. [on line] <<http://www.bages.org/xtc/catulyaenxarxa.pdf>> [Consulta: 27 junho 2004].

GENERALITAT DE CATALUNYA. *Projecte NODAT. Xarxa de Telecentres de Catalunya* : Barcelona, 2001.

GENERALITAT DE CATALUNYA. *Projecte Òmnia*, Barcelona : Departament de Benestar i Família, Direcció General d'Actuacions Comunitàries i Cíviques, 2004.

GENERALITAT DE CATALUNYA. Què és la Xarxa de Telecentres de Catalunya? Em: <http://www.fesinternet.net/continguts/estatic/fitxa/31>. [Consulta: 10 março 2005].

MARQUÈS, Pere. “Conclusions de la taula d'alfabetizació digital”. [on line] 2005 <http://www.xarxa-omnia.org/coordinacio/alfabetizacio_digital.doc> [Consulta: 16 janeiro 2006]

MORIN, Edgar. "A Entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão". Em: Moles, Abraham A. et al. *Linguagem da cultura de massas - televisão e canção*. Petrópolis : Vozes, 1973.

MOVA DIGITAL. “Programa Municipal de Alfabetização Digital” [on line] <<http://www.movadigital.pucsp.br>> [Consulta: 19 janeiro 2005]

PERUZZO, Cecilia M. K. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis : Vozes, 1998.

SAES, Décio Azevedo Marques de. “Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania”. *Crítica Marxista*, n. 16. São Paulo : Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos Santos et al. *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo : Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo : Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUSA, Mauro Wilton: *A rosa púrpura de cada dia*. São Paulo : ECA/USP, 1990. [tese de livre-docência]